

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE
LICITAÇÃO DA UNIFAL - MG**

Ref. RDC eletrônico n. 03/2022

Processo Licitatório n. 23087.013817/2022-54

CONSTRUÇÕES LGB LTDA, sociedade empresarial constituída pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.475.216/0001-00, já qualificada no procedimento licitatório, por intermédio de seu procurador constituído (**procuração anexa**) vem perante Vossa Exc.^a, em tempo hábil, apresentar

ESCLARECIMENTOS

com supedâneo nos fatos e fundamentos a seguir correlacionados:

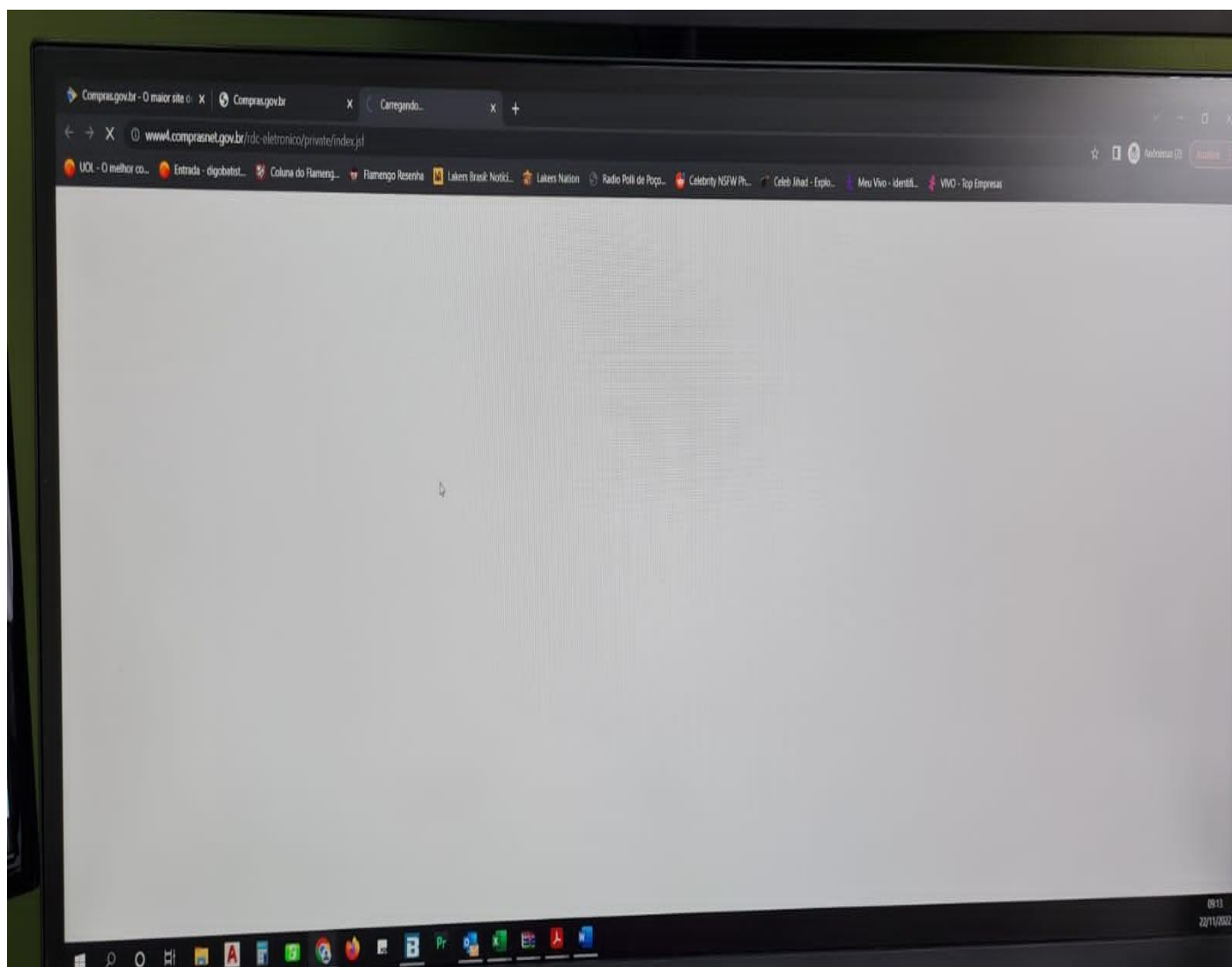
I - FATOS

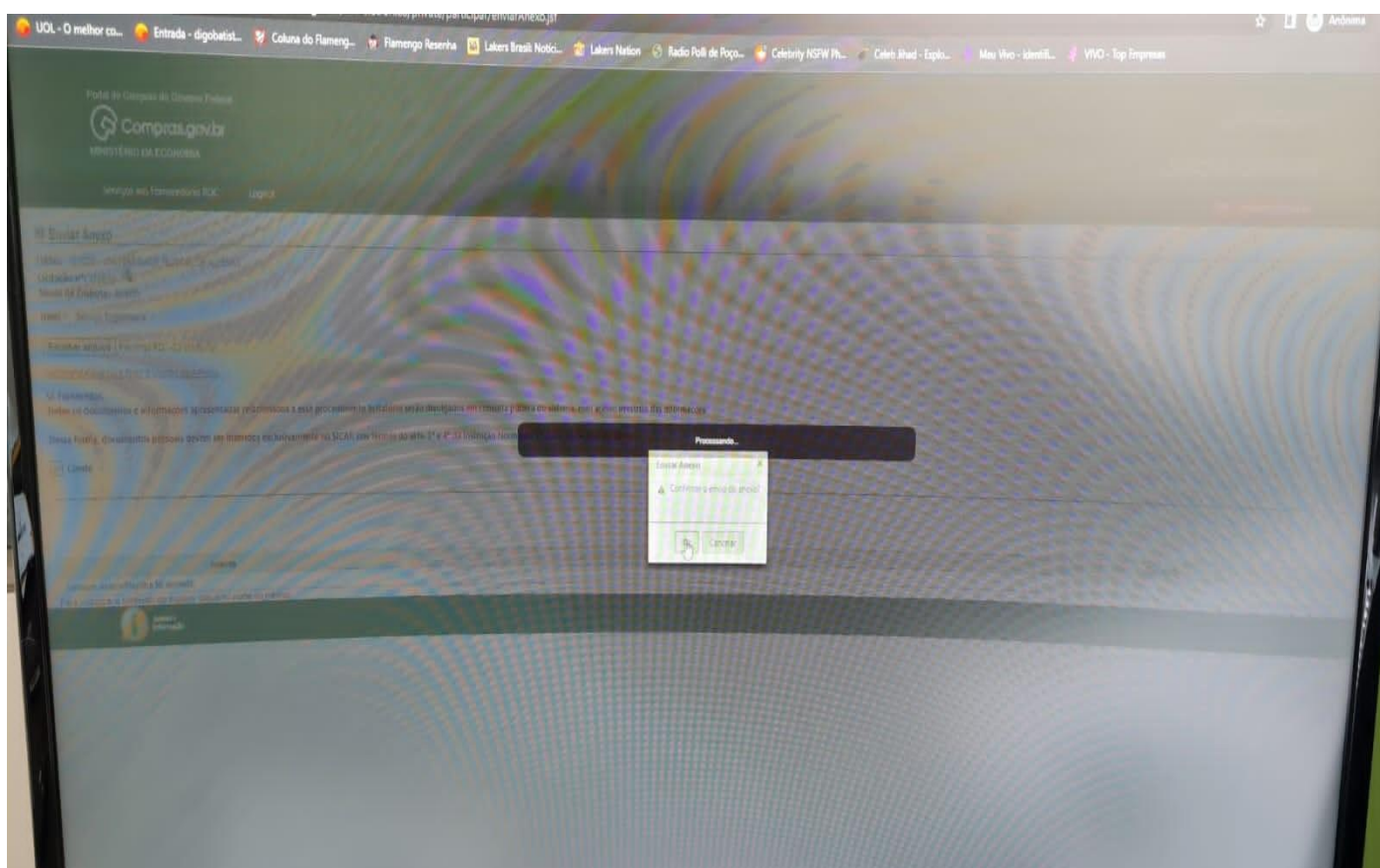
Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame supra epigrafado, a empresa ora recorrente e outras licitantes dele vieram participar.

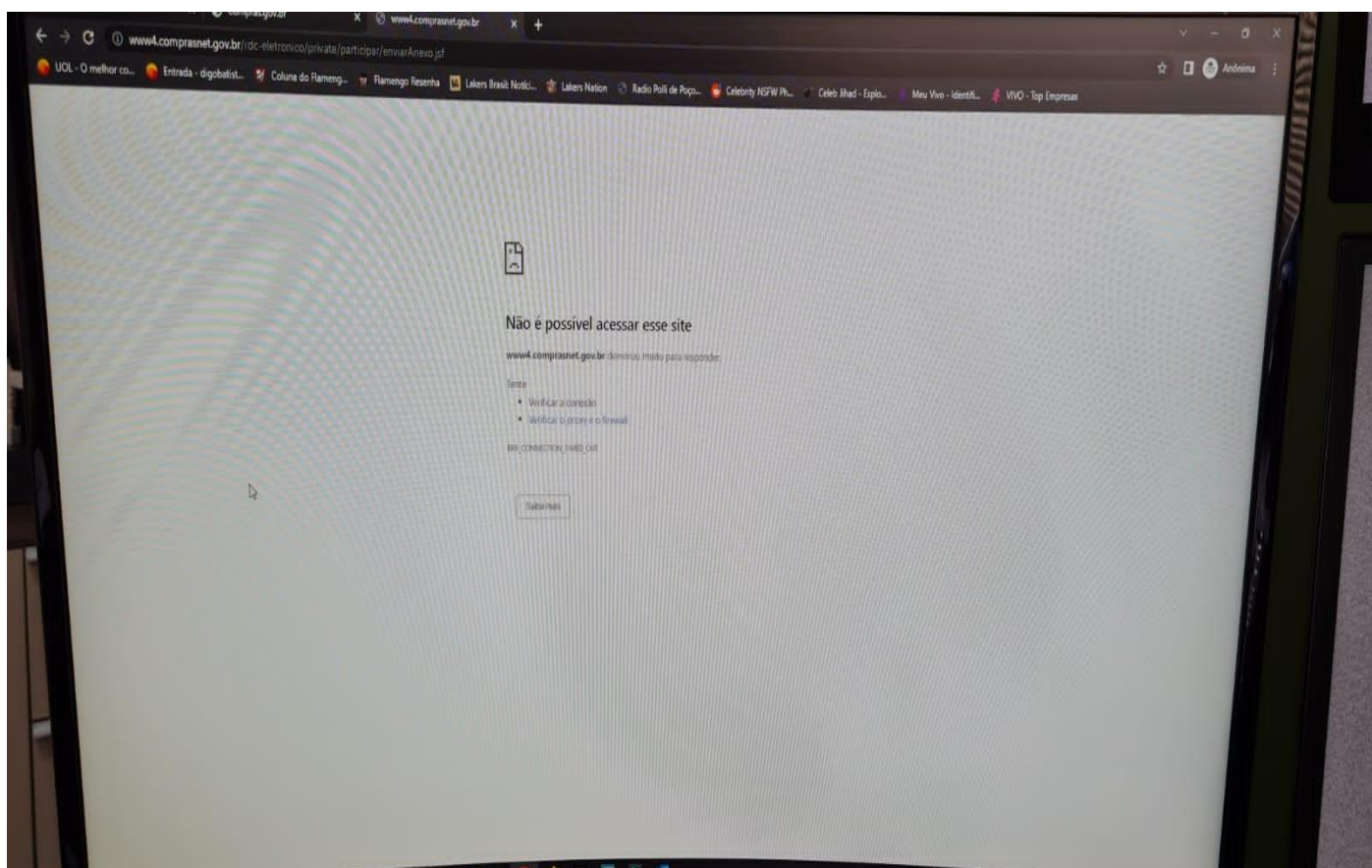
A recorrente foi convidada a apresentar a documentação para prosseguimento no pleito, tendo em vista que outras empresas foram inabilitadas. Tal chamamento foi publicado em 21/11/2022 às 9:45, sendo concedido o prazo exíguo de 24 horas para a empresa apresentar a

documentação, lembrando que tal documentação não estava pronta, pois devia ser adequada em função dos lances de desconto ocorridos durante a disputa aberta.

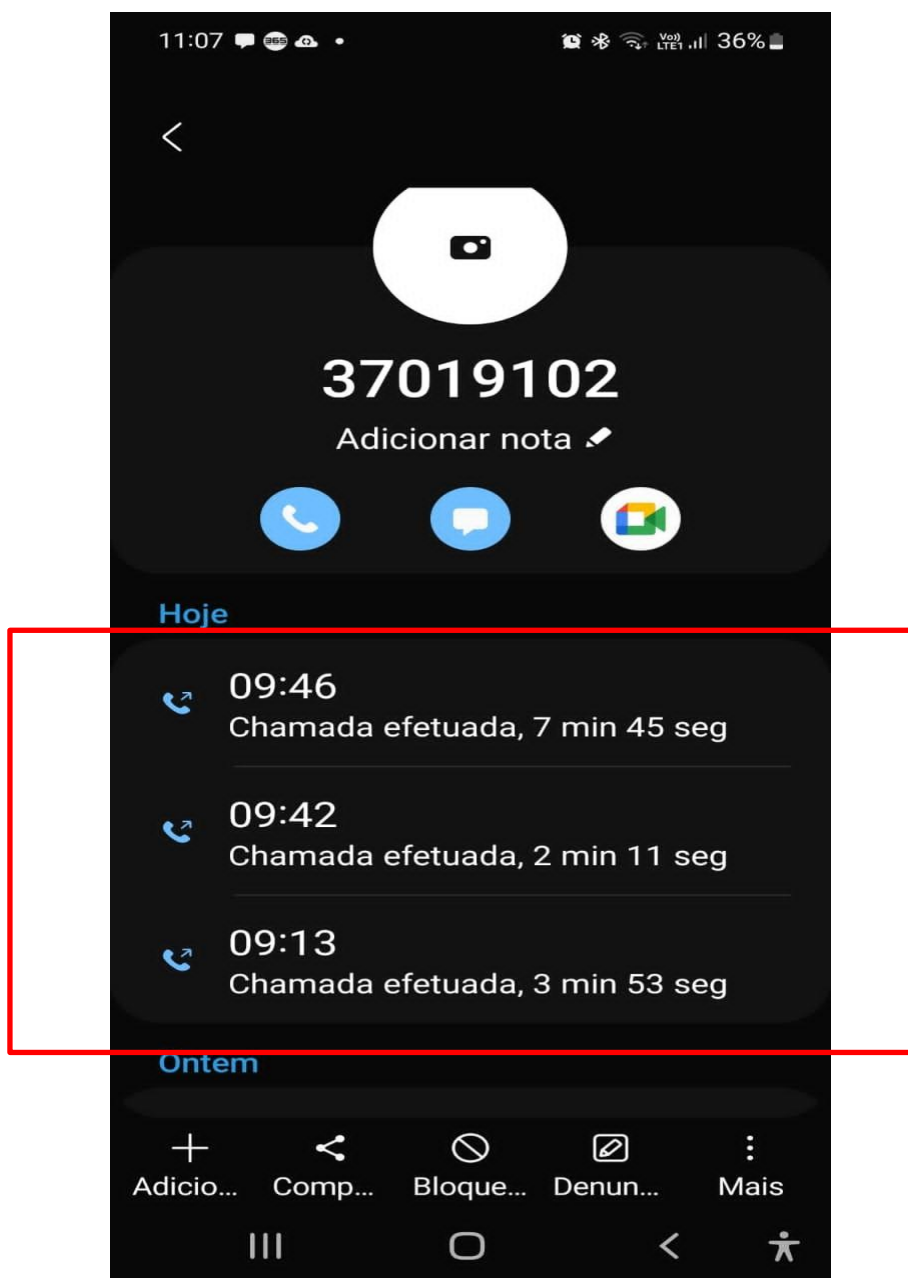
Ocorre que na data de 22/11/2022, por volta de 08:30, a empresa tentou enviar a documentação no sistema COMPRASNET, conforme solicita o edital, mas o mesmo estava “fora do ar”, inoperante, conforme comprovam as telas abaixo:







Vendo que o sistema não aceitava o envio da documentação, o representante da empresa ora manifestante efetuou ligações para a Comissão Permanente de Licitações da UNIFAL no telefone informado no Edital por volta das 09:00, falando com o responsável, Sr. Júlio Cesar, conforme comprovantes anexos:



Tais ligações estão gravadas e podem ser acessadas pelo link abaixo:

<https://drive.google.com/drive/folders/14ESjwXAfwyhSuH9n5bEhO765pef6MVeL?usp=sharing>

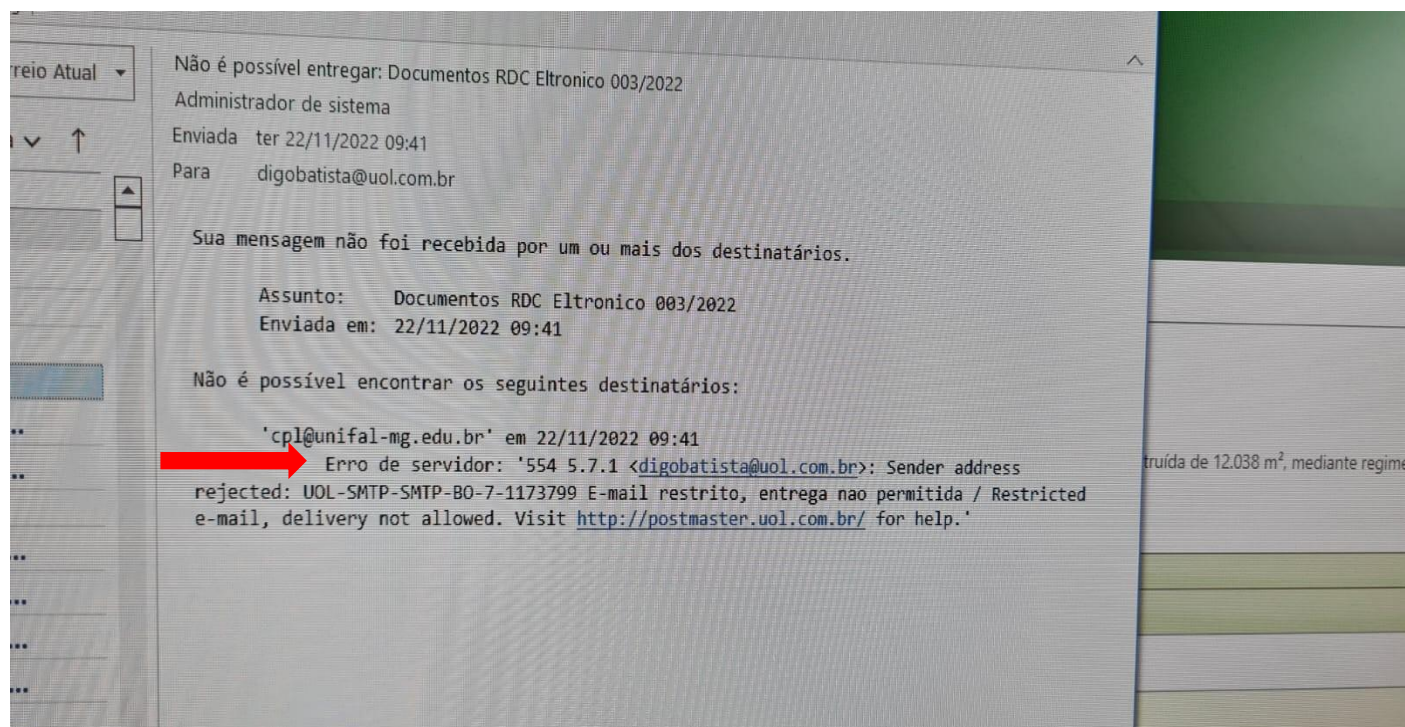
Na primeira ligação, foi informado à UNIFAL que o sistema não estava aceitando a

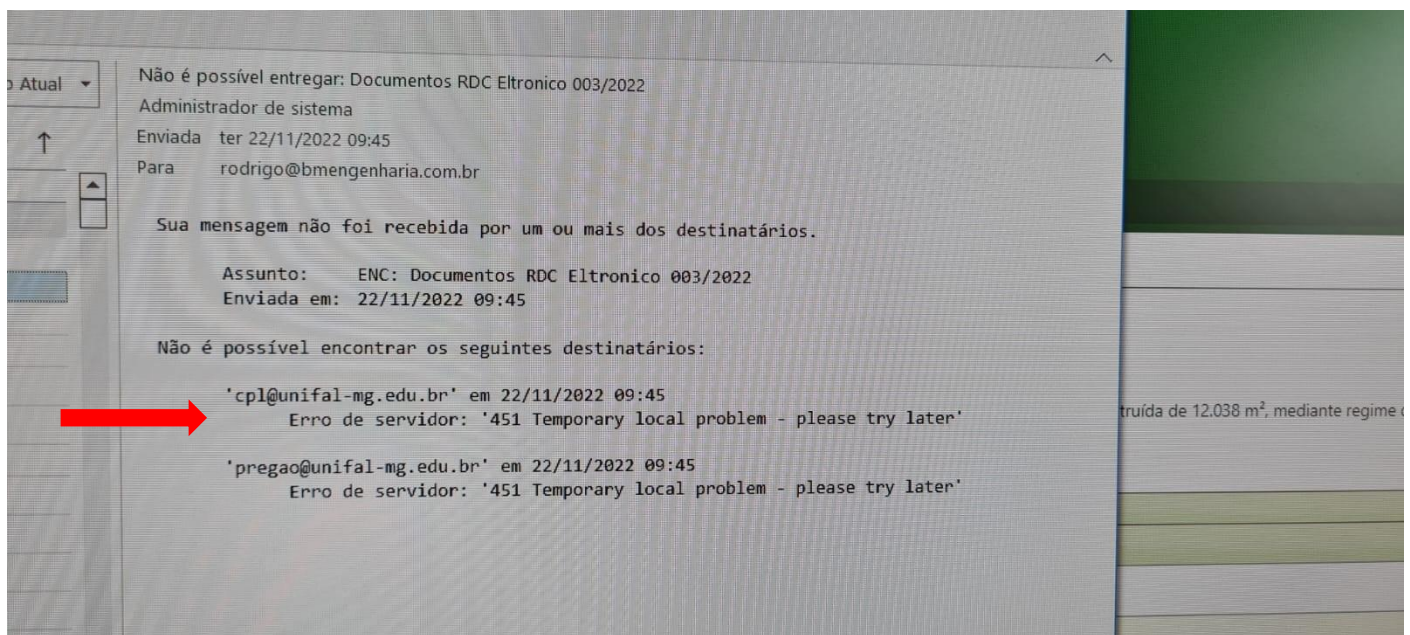
documentação da empresa, pois não era possível acessar o site (o RDC eletrônico estava inoperante). Frise-se que o arquivo a ser enviado possuía apenas 2MB, não podendo ser alegado que o arquivo era incompatível ou possuía tamanho excessivo.

A empresa tentou realizar o procedimento de envio da documentação durante a ligação com o representante da UNIFAL, mas sem sucesso, caso em que o representante pediu que fossem registradas telas/prints contendo os erros de acesso e que a documentação fosse enviada para o e-mail da UNIFAL, no endereço: cpl@unifal-mg.edu.br, o que foi feito pela Manifestante imediatamente (anexos).

Em seguida, para garantir que não houve erro, a empresa Manifestante efetuou nova ligação para a UNIFAL, novamente para o Sr. Júlio Cesar, para que este confirmasse o recebimento da documentação via e-mail, sendo respondido que nem por e-mail a documentação foi recebida. A empresa tentou enviar a documentação por outros e-mails.

Todavia, **conforme telas anexas, todos os e-mails enviados não foram recebidos pela UNIFAL pelo motivo de “erro de servidor”**, conforme abaixo:





Ou seja, era a prova de que o sistema da UNIFAL estava realmente inoperante naquele momento!!!

A empresa efetuou uma terceira ligação para ter certeza que os e-mails foram recebidos, mas ainda não havia sido recebido. Foi solicitado uma outra forma de enviar a documentação (até mesmo por Whatsapp), mas a UNIFAL informou que não aceitaria.

Por fim, **foi relatado pelo Sr. Júlio Cesar que os e-mails haviam sido recebidos**, mas os prints/imagens que a empresa havia registrado para comprovar a indisponibilidade do sistema não estavam legíveis, todavia, **houve a confirmação do recebimento documentação da empresa ora Manifestante.**

Portanto, temos que a empresa Manifestante claramente estava com a documentação pronta para envio ao sistema e dentro do prazo de 24 horas ofertado pela UNIFAL, mas que somente não foi possível de ser enviada em razão do mesmo sistema estar inoperante, conforme comprovantes que ora se juntam.

Além disso a empresa efetuou várias ligações para a UNIFAL para alertar sobre o erro, pedindo ainda outras vias para envio da documentação, inclusive aplicativo Whatsapp, mas

foram negadas pela própria UNIFAL.

Fato é que a empresa agiu com a mais irrestrita boa-fé, demonstrando ter total interesse em adjudicar o objeto ora licitado, mas não pode ser prejudicada por uma falha de sistema. Houve a comprovação de envio da documentação no prazo legal.

Serve a presente manifestação para esclarecimento dos fatos à D. Comissão Especial de modo que esta considere a documentação enviada pela empresa Manifestante como sendo enviada dentro do prazo, merecendo a sua plena habilitação no certame., promovendo a regular continuidade do certame e adjudicação pela manifestante.

São os fatos.

II – MÉRITO

Em que pese não haver nenhuma decisão denegatória sobre a habilitação da empresa, de antemão se apresentam os argumentos para que seja reconhecida a habilitação uma vez que somente não houve o envio da documentação em questão por indisponibilidade do sistema da UNIFAL.

A Lei 11.419/2006 que regulou as diretrizes do processo eletrônico judicial já previu a hipótese de falha no sistema, pois é cediço que sistemas eletrônicos não são perfeitos. Logo, quando o sistema se torna indisponível por motivo técnico, **AUTOMATICAMENTE se prorrogam os prazos judiciais para o primeiro dia útil seguinte**, vejamos:

Art. 10. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

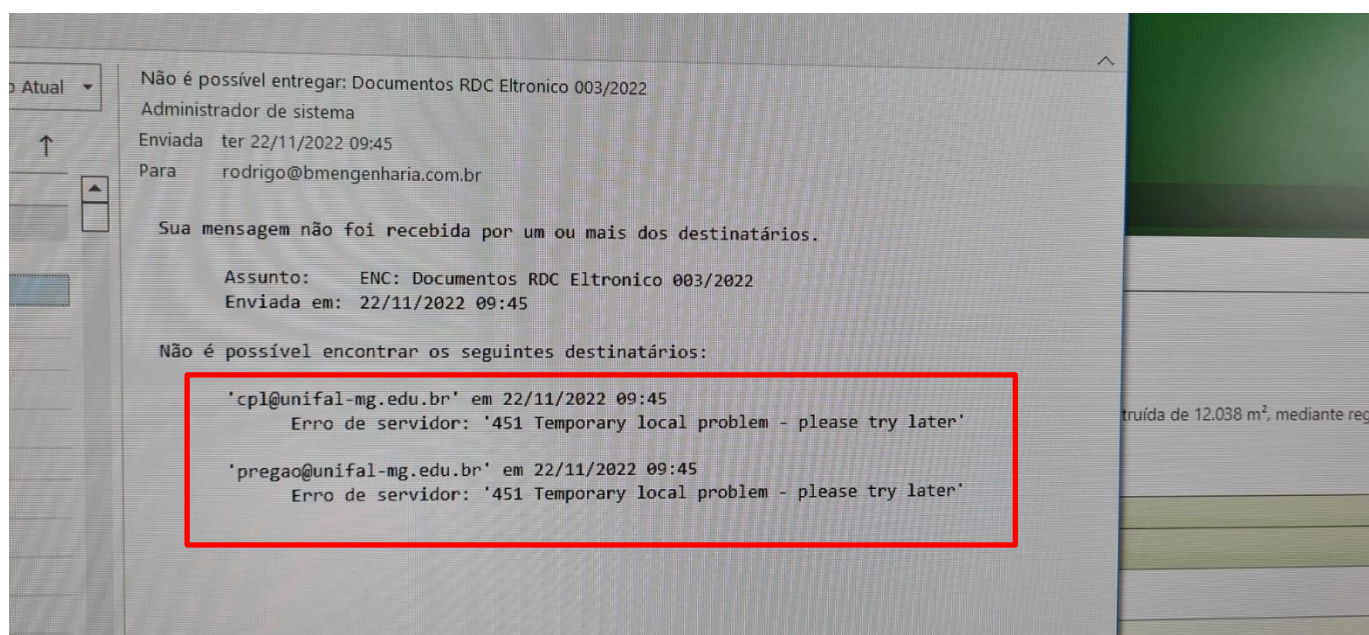
§ 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, se o Sistema do Poder Judiciário se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema.

G.N

Ora, a Manifestante apresenta provas concretas que o sistema da UNIFAL estava indisponível no momento de envio da documentação, para os quais chamamos novamente a atenção (anexos). Frise-se que até os e-mails da instituição estavam inoperantes, comprovando que havia algum tipo de indisponibilidade geral ou de tráfego de dados de rede no dia questão. Por aplicação análoga do art. 10, par. 2, da Lei 11.419/2006, o prazo para apresentação da documentação por parte da licitante seria prorrogado para o final do dia 22/11/2022 ou para o primeiro dia útil seguinte.

Tanto isto é verdade, que a mensagem de retorno dos e-mails da UNIFAL apresentou como causa **“erro de servidor”**, indicando que havia um problema temporal local ou *“temporary local problem”*, tanto para o e-mail cpl@unifal-mg.edu.br quanto para o e-mail pregao@unifal-mg.edu.br, vejamos novamente:



Para comprovar que a falha não foi de um sistema por parte da empresa, houve a tentativa de envio dos documentos por outros e-mails, e ainda assim a resposta foi a mesma acima (anexo), **indicando que realmente havia um problema nos servidores da UNIFAL naquele momento.**

Note-se ainda que **durante uma das conversas com o responsável pela UNIFAL foi relatado que os e-mails haviam sido recebidos por eles, o que indica ainda que poderia haver uma lentidão no sistema da UNIFAL**, talvez por excesso de usuário no momento ou tráfego de rede congestionado, mas dentre as várias hipóteses, é fato que o sistema da UNIFAL estava inoperante naquele momento, o que é comprovado pela empresa.

Por fim, como houve ligações da empresa à UNIFAL antes do término do prazo para envio da documentação, e durante as ligações houve o recebimento da documentação por parte da referida instituição, é fato que não houve o descumprimento do prazo de envio por parte da empresa, **mesmo se estivéssemos diante de uma hipótese de falha de internet por parte da Manifestante.**

Ou seja, a ligação relatando os problemas se deu antes do prazo final, e após ter sido ofertado o envio dos documentos por e-mail, por mais que este “demorou” para chegar ao endereço da UNIFAL, **o horário do envio equivale ao horário da primeira ligação!**

Seria o mesmo caso de um protocolo postal feito perante a justiça, mas através dos Correios. Imaginemos que o prazo para protocolo de uma petição seja às 24:00h do dia 24/11/2022 e a petição é registrada no correio por meio de protocolo postal às 15:00 do mesmo dia 24/11/2022, mas somente é recebida pelo órgão judiciário no dia 30/11/2022. Neste caso, a data do protocolo inicial é que conta, ou seja, a petição foi protocolada para fins legais às 15:00 do dia 24/11/2022!

O mesmo se aplica para o caso da empresa Manifestante, pois o protocolo real no sistema ocorreu no dia 22/11/2022 às 8:30h, conforme *prints* anexos. E mesmo que o sistema não

tenha registrado o protocolo nesse momento, **as ligações feitas para a UNIFAL relatando o problema (anexos) não deixam dúvidas que houve o protocolo e comunicação de envio da documentação antes do prazo final.** Lembrando ainda que a UNIFAL recebeu a documentação enviada por e-mail, hipótese esta ofertada somente por telefone. Como a ligação ocorreu antes do prazo, então obviamente o envio da documentação também é contado como antes do prazo final!

Logo, indiscutível que a empresa ora manifestante de modo algum enviou a sua documentação fora do prazo, mesmo se pudesse ser aventada a hipótese de erro ou falha na internet de sua parte, o que torna perfeitamente aceitável que seja recebida a documentação de modo temporal para os fins legais.

Reparem ainda que a Licitante agiu com a maior boa-fé possível, tendo se prestado a esclarecer a situação tanto pelas ligações já mencionadas, quanto por abertura de outros protocolos, demonstrando, como dito, total interesse em participar da licitação.

Vejamos o protocolo realizado no “comprasnet” no dia 22/11/2022 às 15:55 (anexo):

Descrição do ticket



Ticket 11302967

Estava em sessão hoje relacionado ao RDC Eletronico 02/2022 da Universidade Federal de Alfenas e toda vez que tentava encaminhar a proposta detalhada solicitada o sistema ficava processando até a pagina cair informando:

'www4.comprasnet.gov.br demorou muito para responder'

Encaminhei o arquivo por email com o print das telas de erro, mas o pregoeiro está solicitando uma comprovação que o problema nao era na minha rede.

Tentei de outro computador inclusive e o erro era o mesmo.

Liguei na CPL da Unifal que solicitou que eu fizesse um print de todos os erros que tivemos e encaminhasse para eles. Entretanto ele alegaram que não há como identificar que o erro era no site compasnet ou na conexão interna da minha empresa.

Me deram 24hs para emitir algum comprovante e solicitaram que abrisse um chamado aqui para tentar resolver.

Solicito a analise das imagens e emissão de uma declaração que realmente o sistema estava falhando. O Ocorrido aconteceu entre 9hs e 9h45 de hoje dia 22/11/2022

Fechar

Todavia, a equipe do Comprasnet deveria ter emitido resposta sobre o protocolo até as 17:55h do mesmo dia 22/11/2022, o que não foi feito, tendo o protocolo sido baixado, com *status* de “vencido”, abaixo:

Pesquisa										Situação	Ordenar
Pesquise aqui por serviço, descrição ou número de solicitação										Em Andamento	▼
Ticket	Tipo	Serviço	Solicitação	Criada em	Tarefa	Grupo atual	Situação	SLA	Prazo limite	Status do SLA	Prioridade
11302967	Incidente	Comprasnet - RDC ...	Erro ao acessar o R...	22/11/2022 15:55	Atender	CIT 2º Nível - SIASG	Em Andamento	02:00	22/11/2022 17:55	Vencida	1

Se não bastasse tudo isso (que comprova a boa-fé da licitante), vejam os Srs. que às 9:36h do dia 22/11/2022 a licitante se manifestou perante o *chat* do sistema *comprasnet* avisando ao membros da d. Comissão sobre os problemas para envio da documentação, conforme trecho abaixo:

Presidente fala (22/11/2022 10:31)	Esta sessão será SUSPENSA com reabertura agendada para HOJE, 22 de novembro de 2022, a partir de 14 horas.
Presidente fala (22/11/2022 10:29)	ATENÇÃO: senhores licitantes, estamos em uma sessão pública de licitação. Todos os participantes devem acompanhar o andamento desta sessão em todas as suas fases. Aquele que estiver ausente, não atender aos chamados via chat, deixarem de enviar documentação quando for solicitado, poderá ter sua proposta recusada.
Presidente fala (22/11/2022 09:48)	Senhor fornecedor CONSTRUCOES LGB LTDA, CPNJ/CPF: 03.475.216/0001-00, o prazo para envio de anexo referente ao item 1 foi encerrado pelo Presidente da Comissão de Licitação.
Fornecedor responde (22/11/2022 09:36)	Prezados Senhores, Estamos com problemas no envio das planilhas pelo sistema do comprasnet. Estou enviando email com as planilhas e o print das telas comprovando o erro no envio
Presidente fala (22/11/2022 09:03)	Senhores licitantes, estamos aguardando o envio da proposta readequada pela empresa convocada, o qual está dentro do prazo estabelecido.
Presidente fala (22/11/2022 09:00)	Bom dia, senhores licitantes.

Ora, ao que se observa a Licitante estava presente no momento adequado para apresentar sua documentação, o que seria bastante para que a D. Comissão apenas criasse um caminho diverso para tanto. Como não o fez, trata-se de nítido cerceamento cometido em desfavor da empresa, sendo que a formalidade exigida pelo edital poderia ter sido sobreposta

por diversos outros meios tecnológicos que existem atualmente, pois o que interessa não é o meio de envio da documentação, mas o próprio envio da documentação. Invocar o descumprimento do edital por estrita formalidade é na verdade prejudicar uma licitante que agiu com boa-fé, já que demonstrado que estava impossibilitada de enviar sua documentação por erro no sistema da própria UNIFAL.

A não aceitação da documentação da manifestante equivaleria a um cerceamento do direito de participação da própria licitação, o que prejudicaria a própria imparcialidade do pleito, trazendo desfavorecimento de uma empresa. **Isso porque a d. Comissão estava ciente do problema relatado pela Licitante, todavia, não tomou atitudes para garantir a sua participação!**

E mais, **tal atitude fere o princípio da competição ou ampliação da disputa**, previsto no art. inciso do § 1º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93 ressalta ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. O inciso II do mesmo parágrafo possui resquício dessa vedação ante a proibição de se estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras.

Apagados todos os argumentos contrários, conclui-se que a empresa CONSTRUÇÕES LGB LTDA possui plenamente a capacidade econômica necessária para execução do objeto licitatório em questão, não tendo violado qualquer cláusula do edital em apreço, merecendo a sua plena habilitação no certame.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, requer-se que seja recebido o presente recurso com o seu

juizamento de procedência para que seja garantido à manifestante **CONSTRUÇÕES LGB LTDA** a plena habilitação no certame, conforme exposto.

Caso não seja este pleito atendido, que sejam apresentadas as justificativas fundamentadas pela Administração.

Requer o efeito suspensivo de todos os atos do Processo licitatório em questão até decisão final sobre a presente manifestação, conforme art. 109, § 2º, da lei nº 8.666/93.

*Nestes Termos,
Pede Deferimento*

Poços de Caldas, 22 de novembro de 2022

CONSTRUÇÕES LGB LTDA

Lucas Felipe Ferreira
Advogado
Departamento Jurídico
OAB/MG 143.540